



Parecer Jurídico

Referência: Projeto de Lei ordinária nº1910/2025

Autoria: Poder Executivo

Ementa:” dispõe sobre a utilização de espaços públicos para colocação de mobiliário no Município de Carmo da Mata/MG, e da outras providências.”

Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo Municipal que “Dispõe sobre a utilização de espaços públicos para colocação de mobiliário no Município de Carmo da Mata/MG, e dá outras providências”.

A proposição estabelece regras para ocupação de vias, passeios, praças, canteiros e vagas de estacionamento públicos com mesas, cadeiras e equipamentos similares, para fins de atividades comerciais. O projeto define objetivos, condições para autorização, responsabilidades do interessado, regras de acessibilidade, prazo de validade, cobrança de taxa, hipóteses de indeferimento, revogação e integração ao Código de Posturas Municipal (Lei nº 589/1980).

É o breve relatório.

Mérito

A matéria insere-se na competência do Município, conforme art. 30, I e VIII da Constituição Federal e artigo 12, inciso IX da Lei orgânica Municipal que asseguram aos Municípios o poder de legislar sobre assuntos de interesse local e de promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Trata-se de matéria nitidamente local, pois regulamenta o uso de bens públicos municipais e ordena o espaço urbano, compatível também com o disposto nos arts. 174 e 182 da Constituição Federal, que tratam do desenvolvimento econômico e da política de desenvolvimento urbano.



Câmara Municipal de Carmo da Mata

a proposição é legítima, visto que envolve gestão administrativa de bens municipais e eventual impacto financeiro (cobrança de taxa e fiscalização). Não há violação a normas constitucionais. Ao contrário, o projeto concretiza princípios como:

- função social da cidade e da propriedade (CF, art. 182, caput e §2º);
- direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (CF, art. 225);
- direito à acessibilidade e mobilidade urbana (Lei Federal nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2004);
- competência municipal para normas de posturas (CF, art. 30, I).

O texto ainda prevê que o uso de mobiliário deve respeitar a acessibilidade e normas de poluição sonora, o que reforça sua adequação ao ordenamento jurídico.

O projeto está em conformidade com o sistema jurídico vigente, observando os seguintes pontos:

- Exige autorização administrativa específica, de natureza precária e revogável, conforme entendimento consolidado do STF (uso de bem público especial deve ser autorizado por ato administrativo discricionário e motivado).
- Prevê taxa de utilização, em consonância com o art. 145, II da Constituição Federal, devendo ser regulamentada pela legislação tributária municipal.
- Integra-se ao Código de Posturas Municipal (Lei nº 589/1980), evitando conflito normativo.

CONCLUSÃO

Sob a ótica jurídica, o projeto de Lei em análise atende aos pressupostos de **constitucionalidade, legalidade formal e material**, podendo seguir normal tramitação nesta casa, por não apresentar vício de iniciativa e por estar em conformidade com a competência material legislativa municipal.

É o parecer, S.M.J. das competentes Comissões permanentes e do Plenário desta Casa.

CARMO DA MATA- MG 15 DE SETEMBRO DE 2025.

UEYDNER SOLIÂNKER DE PAULA

ADVOGADO DO LEGISLATIVO